

“PAU QUE BATE EM CHICO TAMBÉM BATE EM FRANCISCO”? **Representações sobre a decisão e a distribuição de Justiça**

Maria Goretti Nagime Barros Costa

Estudante de doutorado do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política

Geraldo Márcio Timóteo

Professor Orientador

O presente trabalho analisou 54 processos judiciais idênticos (o pedido era o mesmo, os autores tinham a mesma profissão, exerciam a mesma função no mesmo município e as provas apresentadas eram as mesmas) distribuídos por sorteio entre as três varas do trabalho de Campos (primeira, segunda e terceira varas do trabalho) que receberam decisões significativamente diferentes em decorrência de serem julgados por juízes diferentes. O quadro que se desvelou com resultados opostos para questões idênticas acabou por questionar ou desafiar a ideia presente entre os autores dos processos de que o julgamento judicial, o que chamavam de “fazer justiça”, era algo linear, um resultado lógico naturalmente consequente de uma situação posta ao juiz. A metodologia adotada foi a de análise do discurso dos juízes nas respectivas decisões judiciais e nas entrevistas que procedi a diversos atores do campo jurídico, onde foi possível colher representações sobre fatos sociais relacionados à decisão e distribuição de justiça. Foi abordada a relação do direito com o campo jurídico-institucional acerca do envolvimento de disputas em um campo de forças. Nesse universo de disputas a sociologia e outras dimensões do conhecimento foram utilizadas como áreas que ofertam conceitos e métodos que possibilitam um novo olhar e entendimento das práticas jurídicas.

Palavras-chave: Campo Jurídico; Distribuição de Justiça; Poder; Processos de Dominação.

Instituição de Fomento: Programa de Pós Graduação em Sociologia Política: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro- UENF

Fomento da bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES.





“PAU QUE BATE EM CHICO TAMBÉM BATE EM FRANCISCO”? Representations on the Decision and Distribution of Justice

Maria Goretti Nagime Barros Costa
PhD student at the Graduate Program in Political Sociology

Geraldo Márcio Timóteo
Teacher Advisor

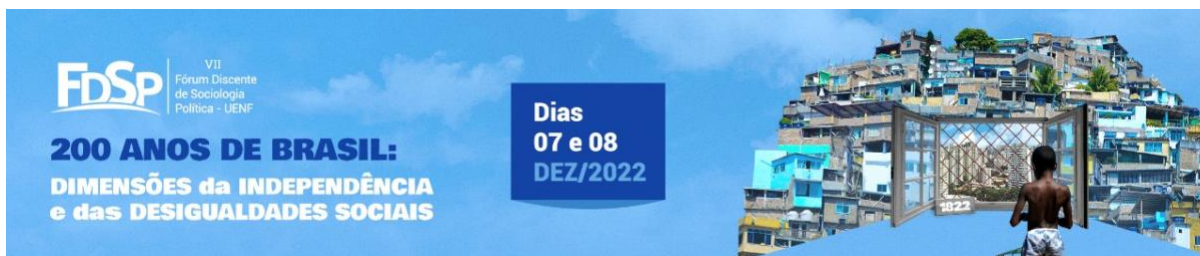
The present study aimed to perform case analysis on 54 identical labour lawsuits (cases in which the same complaint was made, by complainants who had the same job role, who performed the same job in the same municipality and with the same evidence presented) distributed by lot to three courts of labour in the Campos' region (first, second and third labour courts) and received significantly different decisions as a result of being judged by different judges. The revealed framework, with opposite results for similar questions, raised the question or defied the common idea among the authors of lawsuits that judgment, which they called "making justice", was something linear, a logical consequence naturally derived from a situation brought before the court. The adopted method was the discourse analysis in each judge's decision. During the development of this study, interviews were carried out with several legal actors, making possible to collect impressions about social facts related to the decision and distribution of justice. In this sense, the relationship between law and the juridical-institutional field about the involvement of disputes in a force field was addressed. In this universe of disputes, sociology and other dimensions of knowledge were used as areas that offer concepts and methods that allow a new view and understanding of legal practices.

Keywords: Judicial Field; Justice Distribution; Judiciary Branch; Domination Processes

Supporting Institution: Graduate Program in Political Sociology: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Scholarship funding: Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel -CAPES





“PAU QUE BATE EM CHICO TAMBÉM BATE EM FRANCISCO”? **Representações sobre a decisão e a distribuição de Justiça**

Introdução

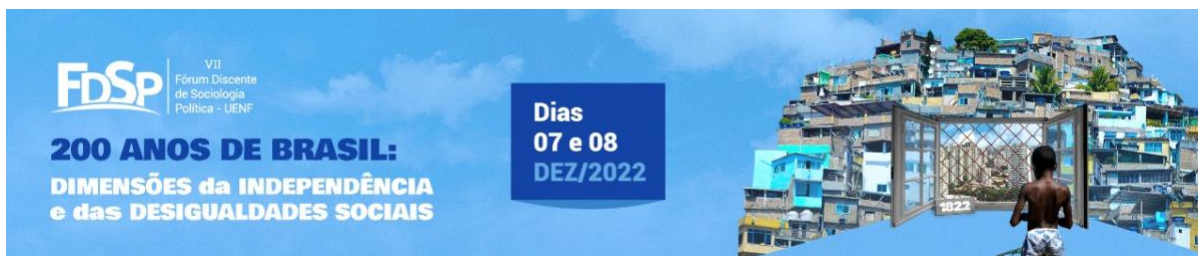
O presente estudo tem como ponto de partida a busca de elucidações teóricas e metodológicas sobre a(s) perspectiva(s) política(s) que orienta(m) a tomada de decisão dos magistrados no contexto de julgamentos e de finalização das sentenças judiciais.

Os questionamentos aqui presentes surgiram de minha dificuldade em explicar aos clientes o porquê de situações iguais receberem “justiças” opostas. Um deles me disse: “Doutora, todo mundo aqui trabalha fazendo a mesma coisa, todo mundo aqui tem os mesmos direitos. Pau que bate em Chico também bate em Francisco”.

Neste sentido, é pertinente o debate sobre o direito e sua relação com o campo jurídico-institucional acerca do envolvimento de disputas em um campo de forças. Vale ressaltar que nesse universo de disputas a sociologia e outras dimensões do conhecimento aparecem como espaços que ofertam conceitos e métodos que possibilitam um novo olhar e entendimento das práticas jurídicas.

Segundo Bourdieu, sendo o direito uma ciência nomológica que enuncia o dever-ser cientificamente, como se fosse uma lei natural (2005, p. 221), torna-se instrumento de normalização por excelência. Trata-se de um discurso intrinsecamente poderoso (e com os meios físicos providos pelo Estado para se fazer respeitar) que causa adesão, e gradativamente transforma a ortodoxia em doxa e realiza aquilo que enuncia (2005, p. 249).

Para se interpretar de formas opostas uma mesma regra, fica claro o teor de subjetividade que envolve a tomada de decisões jurídicas. Essa subjetividade e a consequente distribuição desigual de justiça foi facilmente reconhecida pelos jurisdicionados no caso concreto que deu origem a este trabalho, que passaram a questionar o discurso de julgamento judicial como um resultado lógico e inevitável de uma situação posta. Da mesma forma, a



subjetividade nas decisões foi declarada como situação corriqueira nas representações colhidas durante as entrevistas efetuadas com diferentes atores do campo jurídico. Essas questões comprometem o poder simbólico de nomeação à medida que tem como efeito a diminuição do reconhecimento do direito e a diminuição da naturalização da legitimidade do direito.

Objetivos e Métodos/Técnicas de pesquisa

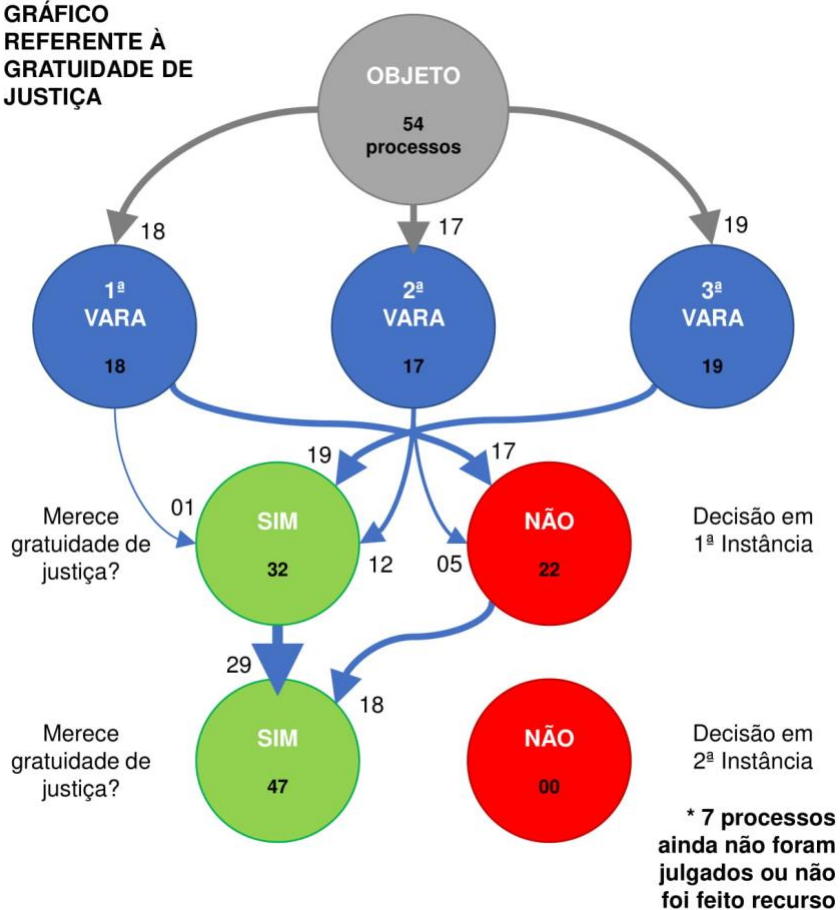
Além da análise das sentenças proferidas nos processos objeto do presente estudo (o “discurso oficial”), foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, com perguntas previamente formuladas, mas, ao final, deixando espaço aberto para o entrevistado abordar livremente o tema proposto. Foram entrevistados diferentes atores do campo jurídico: cinco juízes, um promotor, um defensor público, um advogado em início de carreira e um advogado com mais experiência. Muitas das respostas das entrevistas foram formais, teóricas, inseridas no “dever-ser” próprio dos manuais de Direito, e não sobre seu real desvelamento, como era pretendido obter. Isso também diz muito sobre o campo. As práticas jurídicas e o olhar ensinado nos livros do Direito é um olhar por vezes superficial, focado no “dever-ser”. No entanto, a bibliografia da sociologia ajuda a desenvolver um olhar crítico, de forma a ir aumentando a capacidade de observar as questões aqui trazidas e proceder ao necessário “estranhamento” para a análise das decisões judiciais que trouxeram o questionamento à tona e as entrevistas a personagens do campo feitas a partir deste questionamento.

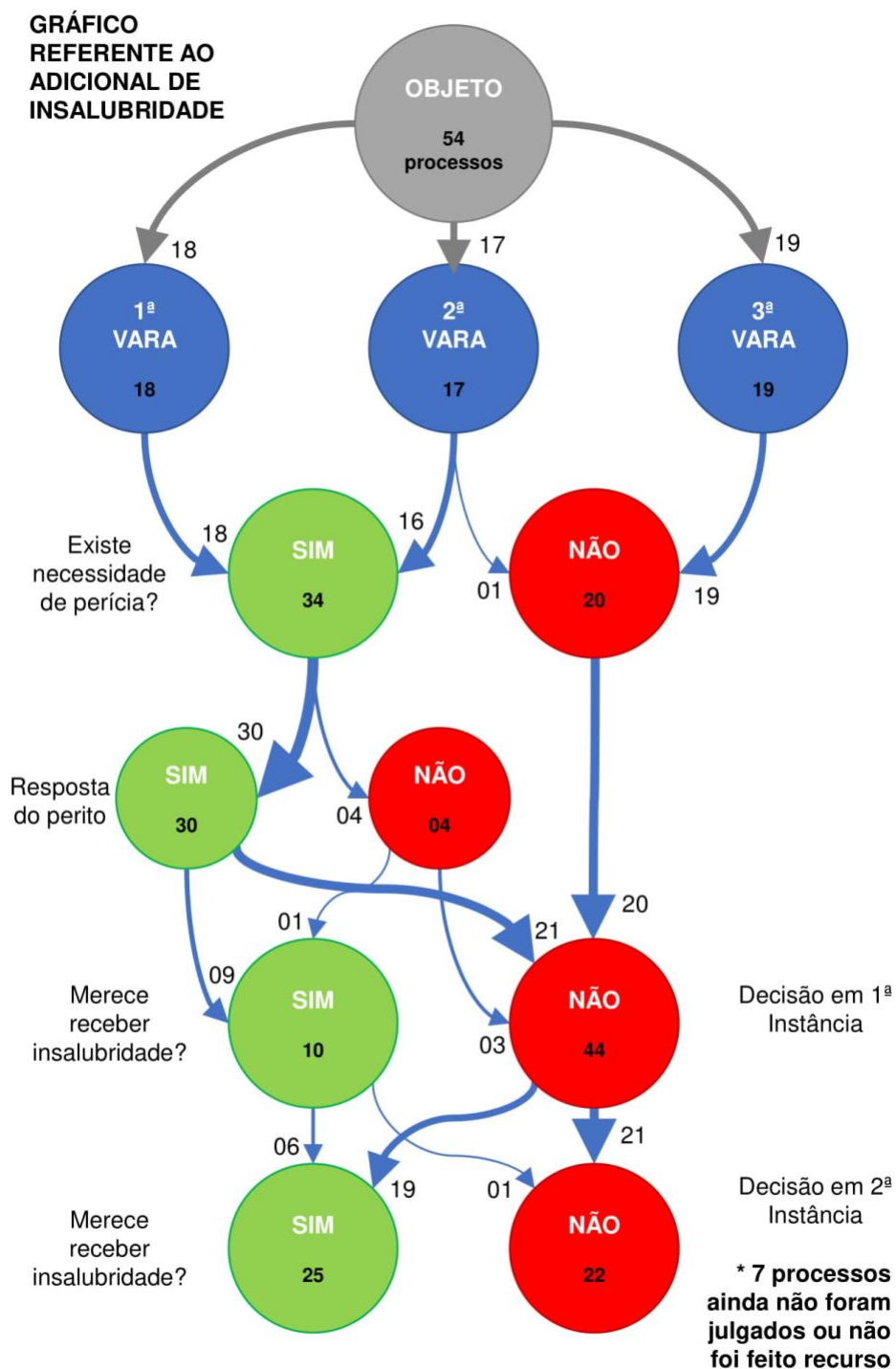
Resultados

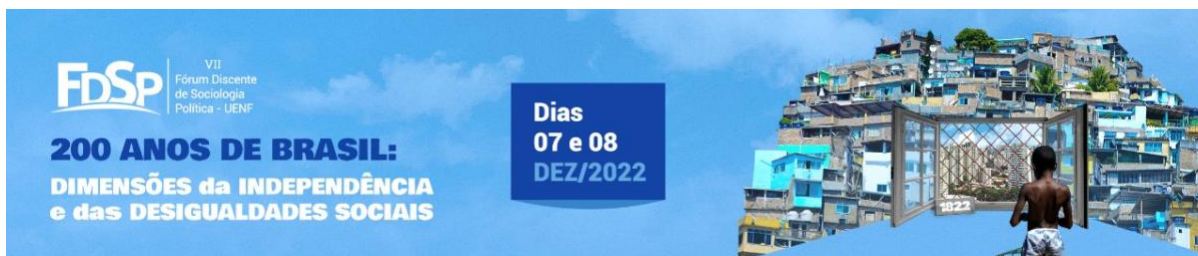
A variação de resultados judiciais para cada um dos 54 casos idênticos pode ser observada através dos gráficos 1 e 2:



GRÁFICO
REFERENTE À
GRATUIDADE DE
JUSTIÇA







A partir da análise da história dos juízes de Direito, do discurso do campo jurídico sobre os recentes modelos de Estado e sobre os princípios normativos, foi possível melhor compreender o caso concreto que deu origem a esta pesquisa. Foram realizadas entrevistas com diferentes atores do campo jurídico, que, em função de sua hierarquia interna do corpo, tem interesses divergentes e até mesmo opostos.

As perguntas articuladas foram:

1 Você considera que, na prática, o juiz interpreta a lei pensando no contexto em que ela foi criada, no “espírito da lei”, ou ele interpreta segundo seus próprios contextos e seus próprios princípios?

2 Levando em consideração sua participação e experiência, você considera que todos tem acesso ao Poder Judiciário?

3 Como aplicador do Direito você vê discrepância entre a prática e o ensinado nos livros (entre o discurso dogmático e a realidade empírica)?

4 Você sente, como participante do poder judiciário, alguma variação nos entendimentos contidos nas decisões judiciais?

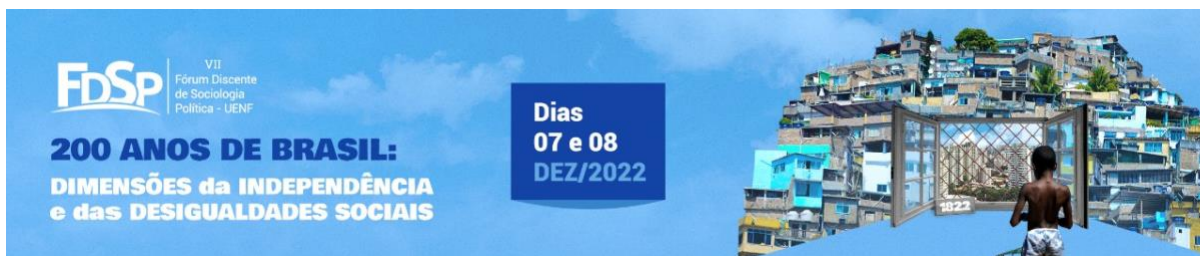
5 Levando-se em consideração que todos os seres humanos são passíveis de erro, em que situação você pode dizer que um juiz errou?

6 Qual é a punição ao juiz que erra?

7 Se um juiz hoje resolver não aplicar o contido nos manuais de Direito, o que acontece com ele?

Tem mais alguma coisa que o senhor gostaria de falar?

A construção jurídica, significação prática da lei, se dá através da contribuição e confrontação entre esses diferentes intérpretes autorizados no campo jurídico. As representações colhidas através dessas entrevistas efetuadas também auxiliaram na compreensão da situação estudada.



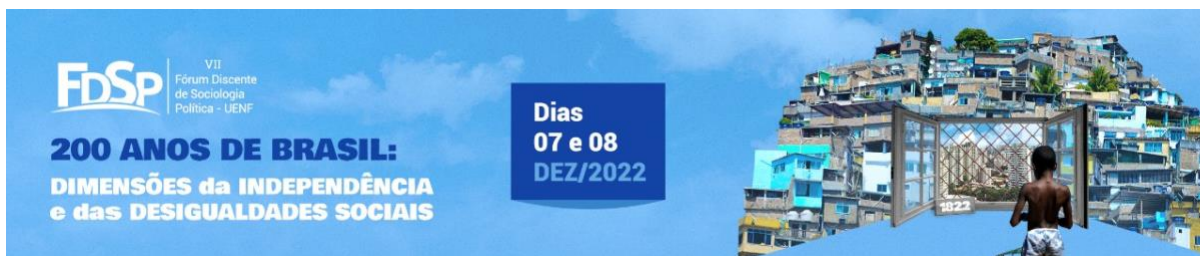
Discussão

O caso concreto que deu origem à pesquisa – casos idênticos sendo julgados de formas opostas – revelou uma distribuição desigual de justiça. A partir das representações colhidas nas entrevistas, diferentes atores do campo jurídico foram uníssomos em manifestar-se de forma a mostrar que não se tratam de casos isolados, mas de um fenômeno social bem incorporado e justificado dentro da prática jurídica. A maioria das representações colhidas incluía explicações para as variações de interpretações da lei sem implicar em uma crise no sistema, ou seja, sem colocar em xeque o funcionamento do sistema do poder judiciário. A doutrina (ensinamentos da ciência do Direito contidos nos livros) é uma arma, um instrumento utilizado pelo advogado para que dentro do jogo jurídico ele tenha um mínimo de poder. Por isso, a cada decisão em desacordo com os ensinamentos contidos nos livros de direito, ou mesmo diante da negativa da importância da doutrina para a tomada de decisões, o advogado tem a sensação de que o juiz é arbitrário.

Conclusão

As legislações modernas baseiam-se em regras escritas para uma maior segurança, clareza, um maior grau de certeza sobre seu teor e de forma a reduzir a variabilidade comportamental no processo. O Brasil adotou expressamente um modelo de Estado chamado Estado Democrático de Direito, com direitos e garantias fundamentais previstos em uma carta constitucional sendo limitadores das autoridades de Estado. Ou seja, os direitos e garantias fundamentais expressos em uma carta constitucional não poderiam, segundo o discurso formal para esse sistema adotado, serem afastados pela vontade dos agentes de Estado – incluídos os juízes de direito. Segundo representações colhidas durante as entrevistas efetuadas, das diferenças das decisões prolatadas pelos juízes decorre um sentimento de insegurança. Isso contribuiria para uma sensação de que o poder Judiciário não estaria realizando o discurso que enuncia, o fim a que se propõe, “promover justiça social”, “cumprir a lei” e “fazer justiça”.





Referências

ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. Tradução de: Renato Prelorentzou. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2016.

BAPTISTA, B. G. L. **A importância da interdisciplinaridade na pesquisa jurídica: olhando o Direito sob outro viés**. In: XVI Congresso Nacional do Copendi, 2007, Belo Horizonte 2010. Pensar globalmente: agir localmente, 2007. v. XVI. p. 1006 – 1026.

BERMAN, H. J. **Direito e Revolução: A formação da Tradição Jurídica Ocidental**. Tradução de: Eduardo Takemi Kataoka. 1. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Tradução de: Fernando Tomaz. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

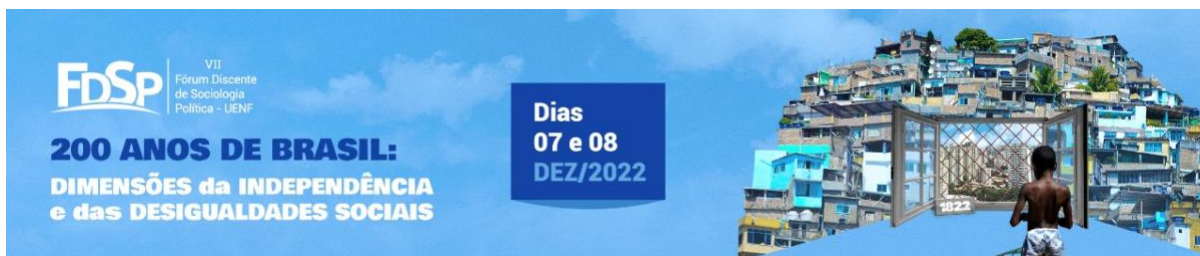
_____. **Homo academicus**. Tradução de: Ione Ribeiro Valle e Nilton Vale. 1. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

_____. **Sobre o Estado**. Tradução de: Rosa Freire d'Aguiar. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brazil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 6 abr. 2018.

CAPPELLETTI, M. **Juízes Legisladores?** Tradução de: Carlos Alberto Álvaro de Oliveira. 1. ed. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1993.

CINTRA, A. C. A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. **Teoria geral do processo**. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 1997.



CRAVO JÚNIOR, E. **Ser Humano ou Ser Juiz:** Etnografia da Persuasão Racional. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2011.

DEVLIN, P. **Muito orgulhoso para lutar:** Neutralidade de Woodrow Wilson. Nova York: Editora da Universidade de Oxford, 1974.

DIAMOND, L; MORLINO, L. A qualidade da Democracia. In: DIAMOND, L. (Org). **Coletânea da Democracia.** Curitiba: Instituto Atuação, p. 127 – 145, 2017.

FERRAJOLI, L. **Direito e Razão:** Teoria do Garantismo Penal. São Paulo: RT, 2002.

FONTINELES, K. C. **Juízes de Toga, Nobreza Togada:** o Judiciário nas primeiras décadas do Império. Iniciação Científica, Graduação em Licenciatura Plena em História, Universidade Estadual do Piauí, 2008.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: NAU, 2003.

GARAPON, A. **O juiz e a democracia:** o guardião das promessas 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

GEERTZ, C. **O Saber Local.** Petrópolis: Vozes, 1998.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MINAYO, M. C. de S. (Organizadora). **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.





O'DONNELL, G. *Accountability Horizontal e Novas Poliarquias*. *Lua Nova*. São Paulo, v. n. 44, p. 27 – 54, 1998.

PENA, Martins. *O juiz de paz na roça*. São Paulo: Publifolha, 1997.

SCHEDLER, A. Por um conceito de Accountability. In: DIAMOND, L. (Org). *Coletânea da Democracia*. Curitiba: Instituto Atuação, p. 362 – 385, 2017.

TAVARES, J. *Fundamentos de Teoria do Delito*. 1. ed. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018.

TEIXEIRA MENDES, R. L. *As representações dos juízes brasileiros sobre o Princípio do Livre Convencimento do juiz e outros princípios correlatos*. *Revista de Ciências Sociais*, Universidade Gama Filho, v. 14. p. 191 – 207, 2008.

TEIXEIRA MENDES, R. L. *Dilemas da decisão judicial: as representações de juízes brasileiros sobre o princípio do livre convencimento do juiz e outros princípios correlatos*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2008. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2008.